



Vol. 7 nº 14 jul./dez. 2012
p. 83-96

COLABORAÇÃO NO CONTEXTO DA INCLUSÃO ESCOLAR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A FORMAÇÃO DE GRADUANDOS

COLLABORATION IN THE CONTEXT OF SCHOOL INCLUSION: AN EXPERIENCE REPORT ON THE TRAINING OF UNDERGRADUATES

Caroline Penteado de Assis¹
(Universidade Federal de São Carlos)
Cláudia Maria Simões Martinez²
(Universidade Federal de São Carlos)

RESUMO: Este artigo é um relato de experiência que teve o objetivo de descrever o desenvolvimento da aprendizagem de alunos inscritos em um mini-curso na VIII jornada Científica e Tecnológica da Universidade Federal de São Carlos que abordou conhecimentos específicos sobre a prática de ensino e consultoria colaborativa na inclusão escolar. Fizeram parte deste estudo dez alunos dos cursos de Pedagogia, Psicologia e Terapia Ocupacional. O instrumento utilizado para mensurar o aprendizado dos graduandos foi um questionário com questões abertas que tinham como objetivo verificar o repertório de entrada e de saída dos participantes no que se refere ao conhecimento de aspectos gerais abordados durante a formação. A análise de dados foi predominantemente qualitativa e comparativa a fim de verificar as mudanças ocorridas no repertório de aprendizagem dos participantes. Os resultados demonstram consideráveis modificações no discurso dos graduandos que se refere aos modelos de colaboração. Considera-se por meio dos resultados que a didática utilizada proporcionou aos alunos essa compreensão e ainda que conhecimentos sobre a temática necessitam ser divulgados no país.

PALAVRAS-CHAVE: inclusão escolar, modelos de colaboração e alunos com Necessidades Educacionais Especiais.

ABSTRACT: This article is an experience story that had the objective to describe the development of the learning of enrolled pupils in a mini-course in VIII the Scientific day and Technological of the Federal University of They are Carlos who approached specific knowledge on practical of education and the collaborative consultation in the pertaining to school inclusion. Ten pupils of the courses of Pedagogy, Psychology and Occupational Therapy had been part of this study. The instrument used to measure the learning of the undergraduates was a questionnaire with open questions was to verify the repertoire of entry and exit of participants with regard to knowledge of general aspects covered during the training. The analysis of data was predominantly qualitative and comparative in order to verify the occurred changes in the

repertoire of learning of the participants. The results demonstrate considerable modifications in the speech of the undergraduates that if it relates to the contribution models. It is considered by means of the results that the used didactics provided to the pupils this understanding and despite knowledge on the thematic one need to be divulged in the country.

KEYWORDS: school inclusion, collaboration models and students with Special Educational Needs.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar intensificou-se a argumentação de que todos devem ser escolarizados na escola regular numa mesma sala de aula. Assim desafios consideráveis são propostos para o professor da classe comum diante da heterogeneidade de alunos que podem existir em sala de aula. E dentre estes desafios tem-se a formação de professor para trabalhar junto a alunos com Necessidades Educacionais Especiais.

A literatura científica de países mais experientes em práticas de inclusão escolar tem demonstrado que o trabalho colaborativo é uma boa proposta para solucionar os inúmeros problemas oriundos da inclusão escolar como resolver o processo de ensino aprendizagem de alunos com Necessidade Educacionais Especiais e como promover o desenvolvimento profissional dos educadores. Assim, essa prática colaborativa surge como uma alternativa aos modelos da sala de recursos, de classes especiais e de escolas especiais (MENDES, 2006).

Tradicionalmente os serviços realizados na escola para atender as necessidades educacionais especiais dos alunos estão voltados para as ações fora de sala de aula em serviços especializados. A Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, Brasil (2008) prevê esse mesmo tipo de funcionamento no qual o atendimento educacional especializado deve ser realizado em Escolas Especiais ou nas Salas de Recurso Multifuncionais no turno inverso a escolarização no ensino regular. Nesse espaço é que as necessidades educacionais especiais (NEE's) específicas devem ser trabalhadas para que o aluno consiga acompanhar o processo de escolarização no ensino regular. Portanto nota-se que o sistema educacional inclusivo funciona de forma a privilegiar o atendimento das necessidades específicas do aluno fora de sala de aula.

É necessário compreender que a colaboração vai contra esta lógica de existir duas salas separadas para atender o aluno com NEE. Porque pretende-se instrumentalizar os professores para que o aluno permaneça na sala regular. Com o intuito de favorecer uma independência e autonomia desse professor em sala de aula, portanto o modelo de consultoria colaborativa trabalha com o conceito de empoderamento.

O processo de empoderamento pressupõe que a mudança ocorra quando as pessoas envolvidas diretamente com o problema, no caso pais e professores gerem idéias se tornando responsáveis pela implementação das intervenções que serão discutidas em conjunto. Para Kampwirth (2003) a colaboração implica na execução de um trabalho em equipe a fim de promover uma melhor escolarização dos alunos. Essa equipe deve contar com 2 profissionais de áreas diversas com papéis equivalentes e igualitários, engajados num processo de tomada de decisão trabalhando com objetivo comum.

Para Arqueles (2007) o trabalho colaborativo vai requerer tempo dos profissionais

para planejar, desenvolver ações, modificarem possíveis recursos a ser implementados, monitorar o trabalho do consultado e por fim ter persistência para o desenvolvimento dessa parceria. Ainda requerer a flexibilidade de ambos profissionais para novas possibilidades, a disponibilidade de arriscar-se em atividades nunca utilizadas anteriormente, o estabelecimento de papéis e responsabilidades no desenvolvimento da parceria, a compatibilidade de idéias entre os profissionais; o desenvolvimento das habilidades de comunicação e o apoio administrativo.

No entanto para atuar nesse modelo ambos profissionais precisam mudar de um papel que tradicionalmente foi individual para uma postura profissional no qual compartilhará metas, avaliações, decisões e instruções. Durante o desenvolvimento das parcerias, o trabalho colaborativo poderá diminuir a distinção de papéis a fim de que cada profissional possa fazer o melhor. O desafio reside em como definir os papéis e melhor utilizar os saberes existentes (KAMPWIRTH, 2003)

Para Friend e Cook (1990) existem algumas condições para que ocorra a colaboração: a primeira é a existência de um objetivo comum; a segunda é a equivalência entre os participantes; a terceira é a participação de todos; a quarta o compartilhamento de responsabilidade e recursos; e por fim a quinta o voluntarismo para realização da parceria.

Para Zanata (2004) e Capellini (2004) na realidade brasileira, mesmo diante da inclusão escolar o professor da sala comum tende a modificar muito pouco sua prática em termos de arranjo, procedimento, avaliação, adequação de conteúdo e participação da aprendizagem. O trabalho colaborativo vem contribuir neste sentido a fim de que os colaboradores possam incentivar os professores a modificarem suas formas de atuar.

Existem dois modelos de colaboração, um deles é o ensino colaborativo que consiste em uma parceria entre os professores de Educação Regular e da Educação Especial. O ensino colaborativo desenvolve em três estágios com graus variados de interação e de colaboração dos professores. (MENDES, 2006).

Gately e Gately (2001) os descrevem, de forma pontual. No estágio inicial, os professores se comunicam superficialmente na tentativa de estabelecer uma relação, assim existe, nesse momento, a necessidade de compreender o desenvolvimento do processo para que não fiquem estagnados nesse primeiro estágio. O segundo estágio é o de comprometimento e, nesse nível da relação a comunicação dos professores é mais frequente, aberta e interativa, o que possibilita que eles construam a confiança necessária para trabalhar na perspectiva da colaboração. No estágio final, ou seja, no estágio propriamente colaborativo, os professores se comunicam e interagem abertamente, trabalham juntos e complementam um ao outro. Segundo Mendes (2006), a proposta de ensino colaborativo implica redefinir o papel dos professores tanto da educação especial quanto do ensino comum, a fim de que ambos possam realizar um trabalho coletivo. Assim, os serviços não funcionam de forma independente, ou seja, não é realizada a retirada do aluno com necessidades educacionais especiais de sala de aula, pois é o professor do ensino especializado que vai até a sala de aula comum para colaborar com o professor do ensino comum.

O outro modelo de colaboração é a consultoria colaborativa caracterizada como

um suporte realizado por profissionais especialistas no contexto escolar. Ela é compreendida como um processo diferenciado tanto nas supervisões quanto no aconselhamento porque intercâmbio é colaborativo. Existe o papel igualitário do consultor e consultado na contribuição para resolução do problema. Consultado está livre a todo o tempo para aceitar ou rejeitar as soluções recomendadas. Dentre as características da consultoria colaborativa temos: o oferecimento de ajuda no processo de resolução de problemas; tanto quem oferece ajuda quanto quem a recebe compartilha a solução do problema; e por fim ambos profissionais se beneficiam da relação de modo que os futuros problemas poderão ser controlados com maior sensibilidade e habilidade. (KAMPWIRTH, 2003).

Tanto o modelo de ensino quanto a consultoria são considerados propostas efetivas a fim de que os profissionais de diversas áreas atuem junto a formação de professores no contexto de inclusão escolar. No entanto ainda são pouco difundidos no país, mas amplamente divulgado em literaturas científicas de países mais experientes em práticas de inclusão escolar. Existe, portanto, a necessidade de produzir mais pesquisas que envolvam como tema as possibilidades de colaboração (MENDES, 2006).

Dessa forma, este artigo é um relato de experiência que tem o objetivo de descrever o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos inscritos em um mini-curso na VIII Jornada Científica e Tecnológica da Universidade Federal de São Carlos que abordou conhecimentos específicos sobre a prática de ensino e consultoria colaborativa na inclusão escolar.

METODOLOGIA

PARTICIPANTES

Fizeram parte deste estudo dez alunos dos cursos de Pedagogia, Psicologia e Terapia Ocupacional que participaram do curso intitulado "Deficiência Intelectual: abordagem ao tema e propostas de atuação" da VIII Jornada Científica oferecida pela Universidade Federal de São Carlos. Nove dos dez participantes eram do sexo feminino. Eles foram selecionados a partir dos seguintes critérios: ter interesse em responder ao questionário; estar presente na aula ministrada e responder a todas as perguntas do questionário tanto no pré-teste como no pós-teste.

INSTRUMENTO

O instrumento utilizado para mensurar o aprendizado dos graduandos foi um questionário com questões abertas que tinham como objetivo verificar o repertório de entrada e de saída dos participantes no que se refere ao conhecimento de aspectos gerais abordados durante a palestra. O questionário foi composto por 2 questões a primeira questionava o conhecimento aluno sobre consultoria e ensino colaborativo e a segunda pergunta investigava em um caso específico quais seriam as ações dos graduandos diante

a uma situação de contratação para prestação de serviços em uma escola inclusiva.

PROCEDIMENTOS DE COLETA

O processo de formação foi ministrado em três dias com a duração total de doze horas. As temáticas do mini-curso apresentaram aos participantes estratégias para inclusão de alunos com deficiência mental, sendo que a colaboração foi considerada como assunto alvo da formação. A palestra foi ministrada da seguinte maneira: primeiramente apresentou-se os conceitos sobre colaboração de uma forma geral, em seguida caracterizou-se o ensino colaborativo e a consultoria colaborativa. E ao final divulgaram-se algumas pesquisas realizadas sobre o tema.

Inicialmente foi verificado junto aos graduandos o seu interesse em responder ao questionário. Assim os participantes que aceitaram preencher o questionário, foram selecionados. A estratégia escolhida para coleta de dados foi de distribuir o questionário inicialmente antes de começar a palestra para conhecer o repertório inicial dos participantes.

Durante a apresentação da palestra os alunos foram convidados a exporem suas experiências, conhecimentos e a interagirem com os palestrantes. Os conceitos dos modelos de colaboração foram abordados de forma teórico-prática. Portanto a palestra não foi apenas discursada a partir do material preparado e sim exemplificada durante todo o desenvolvimento com situações trazidas pelo palestrante e alunos.

Ao final da palestra o mesmo questionário foi aplicado, para verificar se havia mudança no repertório de aprendizagem dos participantes da pesquisa.

ANÁLISE DE DADOS

A análise de dados foi predominantemente qualitativa devido a natureza do instrumento utilizado e ao número de participantes do estudo. Os dados foram apresentados por meio da formação de categorias, as quais foram construídas por meio da formação de núcleos de sentido referente a cada questão. Ao final os dados iniciais e finais foram comparados a fim de verificar as mudanças ocorridas no repertório de aprendizagem dos participantes.

RESULTADOS

O quadro 1 descrito abaixo apresenta os resultados obtidos por meio do pré e pós teste referente a análise da primeira pergunta do questionário. Os dados revelam o conhecimento dos graduandos sobre os modelos de colaboração no contexto da inclusão escolar antes e após a participação no mini-curso.

Momento	Opinião dos graduandos sobre o conceito de consultoria colaborativa	Ocorrência
Pré-Teste	Não sabem o que significam ensino e consultoria colaborativa.	8
	Compreendem o ensino e consultoria colaborativa como: “audiência para o desenvolvimento das crianças” “suporte oferecido por um profissional especializado à professores e pais para que eles possam lidar melhor com seus filhos e alunos”	2
Pós-Teste	Componentes da parceria.	
	Parceria composta por profissionais e professores	6
	Parceria composta por profissionais, professores e pais	4
	Na relação entre os componentes da parceria deve-se Buscar alcançar igualdade de papéis entre os profissionais e estabelecer uma relação não hierárquica.	2
	Finalidade da parceria	6
	Solucionar de forma conjunta os problemas dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais.	2
	Construir estratégias de intervenção para solucionar os problemas dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais	1
Facilitar conjuntamente com o professor o ensino do aluno com Necessidades Educacionais especiais.	1	
Oferecer suporte ao professor na implementação de ações que possam ajudar o aluno a melhorar seu desempenho acadêmico.		

poderiam pontuar nas diversas categorias.

A partir do Quadro 1 nota-se que durante o momento do pré-teste nenhum dos graduandos tinham o conhecimento sobre os modelos de colaboração. Dessa forma observa-se que os modelos de colaboração não são ministrados na grade curricular dos cursos de Terapia Ocupacional, Psicologia e Pedagogia. Fato que comprova a justificativa deste estudo a qual coloca a importância de se disseminar conhecimentos sobre esse assunto, visto que ainda é pouco difundido no país.

Durante o pré-teste apenas dois graduandos tentaram explicar o que achavam que esses conceitos poderiam significar e nota-se por meio de suas respostas que tentaram fazer possíveis associações a partir do significado do termo consultoria referindo-os como um modelo de suporte a criança e auxílio aos pais e professores. No entanto no que se refere a colaboração nenhuma citação foi mencionada.

Ainda é possível observar que essa explicação ainda coloca o papel do profissional como provedor de suporte na posição de especialista, características ainda do modelo de atuação predominante para terapeutas ocupacionais e psicólogos que é a atuação clínica.

Durante o pós-teste nota-se uma modificação dos graduandos ao explicarem os modelos de colaboração. É importante ressaltar que todos procuram descrever explicações, portanto no pós-teste nenhum dos participantes disseram não conhecer mais o termo.

A partir das suas explicações eles definem claramente alguns pressupostos dos modelos de colaboração como possíveis componentes da parceria como pais e professores e profissionais de outras áreas do conhecimento. A forma de relação desses parceiros com a execução de papéis igualitários de não hierárquica. E por fim definem a sua finalidade sempre destacando as ações conjuntas com os profissionais da escola. Portanto nota-se que após o mini-curso surgiu-se outras categoriais que não foram mencionadas anteriormente e refletem o aprendizado dos conceitos de colaboração pelos participantes.

O Quadro 2 apresenta os resultados oriundos do pré-teste realizado antes do início da palestra ministrada sobre ensino e consultoria realizada no mini-curso. O objetivo é descrever quais as ações realizadas pelos graduandos em caso de contratação para atuar no contexto de inclusão escolar.

Quadro 2- Resultados da análise do pré-teste sobre as ações dos graduandos em um caso de inclusão escolar.

Fases da intervenção	Opinião dos graduandos sobre o caso apresentado.	Ocorrência
Avaliação	Identificação das dificuldades apresentadas pelo aluno.	5
	Utilização de anamnese para identificar problemas no desempenho escolar.	2
	Observação da execução das atividades para identificação dos aspectos diagnósticos.	1
	Utilização de instrumento padronizado para identificação da dificuldade do aluno.	1
	Realização de avaliação comportamental por meio da anotação da frequência do comportamento inadequado que caracteriza o problema.	1
Intervenção	Elaboração e implementação da intervenção de forma individualizada.	4
	Orientações aos pais e professores	3
	“Realizaria uma orientação ao professor e aos pais sobre a melhor forma de lidar com estes alunos para que eles atinjam maior independência”	
	“Orientaria os professores sobre como podem intervir mediante as dificuldades.”	
	“Explicaria sobre qual a conduta adequada dos profissionais e pais ao lidarem com o aluno”	
	Encaminhamento o aluno para os serviços especializados.	1
	Extinção do comportamento indesejado	1
Criação de estratégias para auxiliar no desenvolvimento da aprendizagem da criança.	1	

E possível observar por meio do quadro 2 que todos os graduandos durante o processo da avaliação trabalhavam sozinhos. Pois todos eles propõem estratégias para identificação o problema dos alunos, por meio de observação, discussão de diagnóstico, aplicação de anamnese ou instrumento específico. Nota-se que em nenhum momento os alunos citam a figura dos professores ou pais nesse processo.

No processo de intervenção ainda nota-se uma postura individualista dos graduandos ao proporem estratégias para elaborar e implementar a intervenção. Percebe-se durante os dados observados na intervenção que os pais e professores entram nesse cenário para participarem, porém é apenas por meio de uma postura passiva na qual os graduandos os orientam sobre a melhor maneira de instruir os alunos e os filhos. Alguns dos graduandos ainda citam sobre a utilização de estratégias comportamentais para intervenção e possíveis encaminhamentos para serviços especializados.

O quadro 3 descreve os resultados da análise de dados referente ao pós-teste dos graduandos, ou seja, as ações que os graduandos realizariam para o mesmo caso específico de intervenção no contexto de inclusão escolar após participarem do processo de formação.

Quadro 3- Resultados da análise do pós-teste sobre a ações dos graduandos em um caso de inclusão escolar.

Fases	Opinião dos graduandos sobre o caso apresentado	Ocorrência
Esclarecimento Inicial	Explicação ao professor sobre o modelo de colaboração “Explicaria que estou disposta trabalhar em conjunto com o professor que somos iguais nessa relação”	5
	Realização de um convite do professor para realizar a parceria “Convidaria a professora para estabelecer um pacto na formação da parceria”	3
	Solicitação da permissão do professor para realizar observações	2
Avaliação	Levantamento de todos os dados sobre o aluno no contexto escolar por meio de observações no contexto escolar. “Observaria a criança em sala de aula a fim de descobrir suas habilidades e definir os possíveis problemas na execução da atividade”	3
	Realização de questionamento ao professor sobre suas dificuldades. “Ouvir a demanda do professor em relação ao aluno”	3
	Realização de questionamento aos pais sobre suas dificuldades com o filho.	2
	Apresentação do resultado da avaliação aos pais e professores.	3
Intervenção	Apresentação da proposição de estratégias de intervenção para que juntos professor e profissional possam selecioná-las e implementá-la.	9
	“Discutir e auxiliar a professor a elaborar e implementar um programa de intervenção com estratégias que auxiliem o aluno”	
	“Ouvir primeiramente a opinião do professor a cerca do que pode ser feito, ressaltando pontos positivos que podem ser utilizados”	
	“Realizar a transmissão de informações de forma a não parecer superior”	
	Empoderar o professor em todas as etapas a fim de que ele possa se tornar independente.	3

Observação: A ocorrência foi maior que 10, pois os graduandos com apenas uma resposta poderiam pontuar nas diversas categorias.

O Quadro 3 revela que após a palestras os graduandos mudariam suas ações frente ao mesmo caso específico de inclusão escolar. Todos eles apresentam após a palestra uma postura colaborativa sempre solicitando a participação dos professores epais para realizar as ações no contexto de inclusão escolar. Isso revela que os participantes se sensibilizaram quanto à importância de realizar parcerias para ações na escola.

Observa-se que a postura individualista identificada no momento do pré-teste dá lugar para uma postura colaborativa, na qual propõe-se a realização de um trabalho conjunto com os profissionais da escola em todas as etapas da intervenção. Outro fato importante é que todos antes de iniciar o processo de avaliação explicariam os modelos de colaboração aos professores e os convidariam de forma voluntária a participar da parceria. Sendo que não atuariam de forma invasiva apenas realizando suas ações de forma individual e observando o aluno em sala de aula para posteriormente orientar aos professores e pais sobre a melhor maneira de agir.

Nota-se que a participação dos pais e professores durante o processo de avaliação é evidente por meio do discurso dos graduandos. Portanto ouvir professores e pais torna-se fundamental para os resultados da avaliação final, a qual deverá ser devidamente transmitida aos responsáveis pelo aluno.

No processo de intervenção o trabalho em conjunto de professores, pais e profissionais torna-se essencial, portanto todos os envolvidos na parceria participam do processo de seleção de estratégias e implementação da intervenção. Pois o objetivo final é o empoderamento do professor e dos pais, fato observado por meio do discurso dos graduandos.

DISCUSSÃO

Nota-se que o procedimento realizado para verificar o repertório de conhecimento dos graduandos foi efetivo para identificar uma mudança no conhecimento dos participantes sobre o modelo de colaboração, os quais se mostram sensibilizados para sua utilização.

É possível notar que a falta de conhecimento dos graduandos corroboram com Mendes (2006) que descreve que o modelo de colaboração ainda é pouco disseminado no país e existe a necessidade de divulgação do assunto (MENDES, 2006)

Os dados descritos no Quadro 2 sobre as orientações a serem realizadas aos pais e professores durante o momento do pré-teste marcam uma postura dos graduandos, os quais colocam que orientarão os professores sobre a melhor forma de lidar com esses alunos, explicarão a conduta adequada dos profissionais ao lidarem com o aluno. Rocha et al (2002) discutem que os profissionais de outras áreas quando atuam no contexto escolar geralmente colocam-se no papel de especialista e por meio de uma postura impositiva apenas comunicam aos professores o que deve ser feito.

Estes graduandos só expressam por meio de suas palavras as condutas tradicionalmente observadas pelos profissionais da área da educação especial ou da

saúde quando atuam no contexto escolar. Para Martins (2002) historicamente a atuação do profissional da saúde e educação especial na escola esteve tradicionalmente a características marcadamente terapêuticas. Transpondo condutas clínicas para sala de aula, deixando em segundo plano o objetivo escolar.

Assim para Pugach e Jonhson (1989) o desafio maior da colaboração é conseguir parcerias reais entre os especialistas, professores e pais do ensino regular. Observa-se a necessidade de uma mudança de papéis dos profissionais para um modelo colaborativo no qual existe o desenvolvimento de ações em parceria para instrumentalizar o professor no contexto escolar. Garantir o sucesso da colaboração na escola implica no reconhecimento das competências dos pais e professores em sala de aula como uma fonte válida de assistência. De forma a reconhecer que a colaboração só pode ocorrer quando todos os participantes tiverem um entendimento comum das suas forças e fraquezas e demonstrarem vontade de aprender uns com os outros.

Portanto atualmente com a inclusão escolar essa atuação desloca-se dessa perspectiva clínica e individualista exigindo um novo papel deste profissional que é visar ações de auxílio aos professores e pais de alunos com NEE's, as quais contribuam com o processo de aprendizagem. A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, Brasil (2008) vem de encontro a essa discussão, pois também incentiva a realização e o desenvolvimento de projetos na escola em parceria com os profissionais da saúde para otimizar o processo de desenvolvimento da aprendizagem

A falta de divulgação do modelo de colaboração pode dificultar essa mudança de postura exigida pela atual política do país, justamente porque na formação dos futuros profissionais esse conhecimento não é disseminado, fato verificado entre os participantes do estudo durante o momento do pré-teste.

Notou-se por meio dos dados do estudo que após entrarem em contato com o conhecimento sobre os modelos de colaboração os alunos mostraram-se sensibilizados a utilizarem. Portanto é evidente a importância de se utilizar modelos efetivos que contemplem a formação de professores em serviço para atuarem na inclusão escolar. E para isso é necessário também inserir na grade curricular de profissionais que atuam na escola os modelos de colaboração destinados a formação dos futuros profissionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que este trabalho atingiu o objetivo que se propôs que era verificar a mudança no repertório de conhecimentos dos alunos que participaram da palestra discutida em questão. Foi possível afirmar por meio dos resultados que didática utilizada proporcionou aos alunos a compreensão do assunto.

Observa-se claramente uma mudança de discurso ao implementar as ações sobre o estudo de caso discutido. Anteriormente a participação no curso os graduandos descreviam posturas individualista focando apenas ações destinadas ao aluno alvo das intervenções do estudo de caso. Após a ministração do mini-curso o foco das intervenções passa a ser a escola e as ações devem ser executadas de forma colaborativa junto aos professores e pais. Assim conclui-se que os participantes aumentam seu repertório de

conhecimento sobre o assunto.

A inclusão escolar e os desafios vivenciados exigem uma nova perspectiva de atuação dos profissionais na escola e não, mas aquela postura individualista. Atualmente busca-se em conjunto compreender a realidade de cada escola e intervir de forma a favorecer a escolarização dos alunos com NEE's. Há a necessidade de se inserir equipes interdisciplinares nas escolas inclusivas a fim de buscar novos procedimentos e repensar a formação dos educadores. Assim o trabalho colaborativo tem sido defendido como um modelo ideal para favorecer o empoderamento dos profissionais da escola.

No entanto, para que esses objetivos sejam alcançados é necessário se investir na disseminação dos modelos de colaboração e nas forma de implementá-lo. Sugere-se que em próximas oportunidades de ministrar a seguinte palestra a avaliação de sua eficácia seja realizada com um número maior de participantes, para que se possam generalizar os resultados.

NOTAS

¹Terapeuta Ocupacional, mestre e doutoranda em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos.

²Docente do programa de pós graduação em Educação Especial e do departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos.

REFERÊNCIAS

ARGUELES, M. E. HUGHES, M. T. SCHUMM, J. S. Co-teaching: a Different Approach to Inclusion. **Principal Reston**, v.79, n. 4, p. 48-51, 2000.

BRASIL. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** (2008). Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007.

CAPELLINI, V.L.M.F. **Possibilidades da colaboração entre professores do ensino comum e especial para o processo de inclusão escolar**.198p. Tese de doutorado. Programa de Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos, 2004.

FRIEND, M.; COOK, L. Collaboration as a predictor for success in school reform. **Journal of Educational and Psychological Consultation**, v.1, n.1, p. 69-86, 1990.

GATELY, S. E.; GATELY, F. J., Jr. Understanding coteaching components. **The Council for Exceptional Children**, v.33, n.4, p.40-47, 2001.

KAMPWIRTH, T J. **Collaborative consultation in the schools: Effective practices for students with learning and behavior problems**. New Jersey: Merrill Prentice Hall.2003

MARTINS, J. S. **Atuação do fisioterapeuta na realidade escolar de crianças com deficiência física: uma perspectiva integradora.** 130p. Dissertação Mestrado. Pós-graduação Strictu Sensu em Distúrbios do Desenvolvimento, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2002.

MENDES, E.G. Colaboração entre ensino regular e especial: o caminho do desenvolvimento pessoal para a inclusão escolar. In: MANZINI, E. J. Inclusão e acessibilidade (Org). Marília-SP. ABPEE,2006.p. 29-41.

PUGACH, M. C; JOHNSON, L. J. The challenge of implementing collaboration between general and special education. **Exception Children**, v. 56, n. 3, p. 232-235, 1989

ROCHA, D. G.; MARCELO, V. C.; PEREIRA, I. M.T. B. Escola promotora da saúde: uma construção interdisciplinar e intersetorial. Editorial. **Revista Brasileira de Crescimento e desenvolvimento humano**, v. 12, n. 1, p. 57-63, 2002.

ZANATTA, E.M. *Planejamento de práticas pedagógicas inclusivas para alunos surdos numa perspectiva colaborativa.* 222p. Tese de doutorado. Programa de Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

Recebido em 23/10/2013

Aprovado para publicação em 26/11/2013